

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações



Natalia Colombo
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações



Natalia Colombo
(Organizadora)


Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências humanas: afeto, poder e interações

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Natalia Colombo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências humanas [recurso eletrônico] : afeto, poder e interações / Organizadora Natalia Colombo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-457-3

DOI 10.22533/at.ed.573200710

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I.Colombo, Natalia.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O primeiro volume de “Afeto, Poder e Interações” transita entre as temáticas relacionadas aos direitos humanos, democracia, cidadania, racismo, migrações e territórios.

Dialéticas Marxistas dão base para análises da prática profissional do serviço social, violação dos direitos humanos como meio de compreensão do fenômeno da pobreza (e os desafios do exercício da cidadania por pessoas em situação de rua) e práticas educativas apoiadas nos direitos humanos para a convivência com a diversidade no ambiente escolar. Colaboram, também, com as análises voltadas a um projeto educacional aplicado como ferramenta para que crianças se assimilem aos lugares de resistência ancestral de forma positiva; e sobre a relação da juventude com a alienação política. Precedendo a observação sobre como a formação continuada docente colabora com a promoção de mudanças metodológicas no ensino e, por consequência, nas mudanças de aprendizado.

Na sequência, relações de poder de ideologia patriarcal e as lutas das mulheres abrem espaço para os debates feministas e os papéis de esteio feminino nas sociedades – desde debates revolucionários à temáticas de saúde pública e autocuidado.

Performance e psicologia analítica são abordados na construção do personagem fictício e aplicados em projetos de combate à violência contra a mulher.

Reflexões de caráter antropológico e a contextualização da origem da imprensa alternativa homossexual são apresentados para o entendimento sobre a percepção de sujeitos gays negros frente à sociedade.

Além da compreensão de uma perpetuação de um estereótipo embranquecido – pano de fundo para o marketing de empreendimento imobiliário na formação do imaginário social na cidade de São Paulo.

Os capítulos finais abordam o estigma social, preconceito e desvalorização humana de profissões relacionadas à coleta de lixo; além do recorte local de um processo migratório global causador do aumento da população vulnerável em todo o planeta.

Na esteira das relações migratórias de fronteira, apresentamos como as representações sociais de identidades culturais podem reforçar, de maneira positiva, identificações entre nações.

Trata-se ainda, sobre o multiculturalismo e peculiaridades do campo; sob análises do processo histórico no qual o conceito de propriedade se cunhou; territórios e resistências na construção de comunidades e sobre a luta e libertação do colonialismo.

Natalia Colombo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SERVIÇO SOCIAL E TEORIA MARXIANA: HISTÓRIA, SUPERAÇÕES E CONTINUIDADES Nathália Pereira Prado Solange Fernandes DOI 10.22533/at.ed.5732007101	
CAPÍTULO 2	16
A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E OS PROCESSOS DE VIOLAÇÃO A PARTIR DO CONTEXTO DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA Gustavo Júnior Andrade dos Reis Robert Henrique Sousa Dantas Paulo Sérgio Araújo DOI 10.22533/at.ed.5732007102	
CAPÍTULO 3	25
DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL ALDENIRA NUNES NO MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI Sandra Muniz Vieira DOI 10.22533/at.ed.5732007103	
CAPÍTULO 4	38
REVERBERANDO O LUGAR DA PEQUENA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL ATRAVÉS DO PROJETO: AFRICANIDADES E BRASILIDADES Marivania Xavier Cavalcanti Costa DOI 10.22533/at.ed.5732007104	
CAPÍTULO 5	49
PROTAGONISMO JUVENIL OU ALIENAÇÃO: DILEMAS DO COTIDIANO E INTERAÇÕES NO CAMPO POLÍTICO José Silon Ferreira Aloisio Ruscheinsky DOI 10.22533/at.ed.5732007105	
CAPÍTULO 6	62
ESTUDO SOCIOINTERACIONAL DO DISCURSO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF EM CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA Vera Lúcia Godinho Carneiro DOI 10.22533/at.ed.5732007106	
CAPÍTULO 7	73
APONTAMENTOS SOBRE PATRIARCADO, MOVIMENTOS FEMINISTAS E DIREITOS DAS MULHERES CUBANAS PÓS-REVOLUÇÃO Rita de Cassia Krieger Gattiboni Rosângela Angelin DOI 10.22533/at.ed.5732007107	

CAPÍTULO 8	85
SAÚDE E SABERES DAS MULHERES EM CONTEXTO RIBEIRINHO	
Priscila Freire Rodrigues	
Lígia Costa de Sousa Nogueira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.5732007108	
CAPÍTULO 9	101
NÓS - TEATRO DAS OPRIMIDAS E A (DES) NATURALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES	
Michelle dos Santos Lomba	
DOI 10.22533/at.ed.5732007109	
CAPÍTULO 10	116
O MUNDO ÍNTIMO DOS ARTISTAS: SANIDADE OU LOUCURA SOB O VIÉS JINGUIANO	
Andréa Hamminni Pires da Silva Avila Franquetto	
Carla Barcelos Nogueira Soares	
João Carlos de Aquino Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.57320071010	
CAPÍTULO 11	128
QUESTÕES DE (DES)GOSTO: NOTAS REFLEXIVAS SOBRE MASCULINIDADE, NEGRITUDE, HOMOSSEXUALIDADE E AFETO	
Vinicius Luis Pires Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.57320071011	
CAPÍTULO 12	140
A EUGENIA NA CIDADE DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 1988-1990 ATRAVÉS DO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”	
Bolají Alves Matos de Paula Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.57320071012	
CAPÍTULO 13	151
O CANTO DAS SEREIAS: IMAGENS DO HABITAR NA CIDADE DE SÃO PAULO SOB O CAPITALISMO FINANCEIRO	
Maria Fernanda Andrade Saiani Vegro	
Fábio Lopes de Souza Santos	
DOI 10.22533/at.ed.57320071013	
CAPÍTULO 14	167
O GARI E O CATADOR COMO TRABALHADORES <i>OUTSIDERS</i> E A ESTIGMA SOCIAL	
Kayo Henrique Duarte Gameleira	
Thallys Emanoell Pimenta de Freitas	
Ailton Siqueira de Sousa Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.57320071014	

CAPÍTULO 15	180
REFUGIADOS NA AMÉRICA LATINA: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL	
Lucelaine dos Santos Weiss Wandscheer	
Flávia Candido da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.57320071015	
CAPÍTULO 16	194
A REAFIRMAÇÃO DO ESTEREÓTIPO DA AMIZADE URUGUAIO-BRASILEIRA NO TELEJORNALISMO E NO IMAGINÁRIO FRONTEIRIÇO	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.57320071016	
CAPÍTULO 17	208
IMPLICÂNCIAS E SILÊNCIOS DA HISTÓRIA EM RELAÇÃO AO LINGUAJAR CAMPEIRO: APONTAMENTOS PRELIMINARES	
Manoel Adir Kischener	
Everton Marcos Batistela	
Airtton Carlos Batistela	
Mariza Rotta	
DOI 10.22533/at.ed.57320071017	
CAPÍTULO 18	226
A PROPRIEDADE DA TERRA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	
Lorenzo Giovanni Gava	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.57320071018	
CAPÍTULO 19	234
GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E QUILOMBOS: OS DESAFIOS NO DEBATE DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	
Maria Pricila Miranda dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.57320071019	
CAPÍTULO 20	244
PROCESSO REVOLUCIONÁRIO NA ÁFRICA LUSÓFONA: AMÍLCAR CABRAL E O MOVIMENTO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE	
Cam-naté Augusto Bissindé	
DOI 10.22533/at.ed.57320071020	
SOBRE O ORGANIZADOR	260
ÍNDICE REMISSIVO	261

CAPÍTULO 7

APONTAMENTOS SOBRE PATRIARCADO, MOVIMENTOS FEMINISTAS E DIREITOS DAS MULHERES CUBANAS PÓS-REVOLUÇÃO

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 03/08/2020

Rita de Cassia Krieger Gattiboni

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI),
Santo Ângelo/RS.
<http://lattes.cnpq.br/1499486033051405>

Rosângela Angelin

Universidade Regional Integrada do Alto
<http://lattes.cnpq.br/9033434255071231>

RESUMO : As histórias das lutas e conquistas de direitos das mulheres sempre estiveram envolvidas em muitos aspectos, sobre tudo, as relações de poder que envolvem a ideologia patriarcal nas diversas sociedades. Assim, por meio de um estudo hipotético dedutivo, a pesquisa volta-se para a Revolução Cubana que acabou trazendo muitas mudanças na forma de vida e organização social de Cuba, diante da implementação de um sistema de transição socialista, alterando as relações humanas, significativamente. Para conduzir o estudo, lança-se o seguinte questionamento: Em que medida os ideais socialistas da Revolução Cubana conseguiram alterar as ideologias patriarcais promovendo a emancipação das mulheres e criando direitos para estas a fim de atingir a igualdade material? Qual foi a participação dos Movimentos Feministas e/ou ideias Feministas neste processo? A pesquisa aponta para o fato de que não há como negar que o processo revolucionário em Cuba criou

uma nova forma de organização da vida e das relações sociais neste país. A reforma agrária, a estatização das empresas estrangeiras, a distribuição da propriedade, sistemas de transporte, saúde, educação, moradias gratuitos, nos primórdios da Revolução, gerou um nível mais igualitário nas condições de vida de seus habitantes e, com isso, um empoderamento de camadas sociais que antes se encontravam à margem e excluídos da sociedade. No caso das mulheres, a Revolução Cubana garantiu reconhecimento social e econômico, bem como as inseriu na sociedade de forma mais participativa, garantindo-lhe direitos até então negados.

PALAVRAS-CHAVE: Emancipação Feminina. Direitos das Mulheres. Movimentos Feministas. Patriarcado. Revolução Cubana.

NOTES ON PATRIARCHY, FEMINIST MOVEMENTS AND THE RIGHTS OF CUBAN WOMEN POST-REVOLUTION

ABSTRACT: The stories of women's rights struggles and conquests have always been involved in many aspects, above all, the power relations that involve patriarchal ideology in different societies. Thus, through a hypothetical deductive study, the research turns to the Cuban Revolution that ended up bringing many changes in the way of life and social organization of Cuba, in face of the implementation of a socialist transition system, altering human relations, significantly. To conduct the study, the following question arises: To what extent did the socialist ideals of the Cuban Revolution manage to change

patriarchal ideologies by promoting the emancipation of women and creating rights for them in order to achieve material equality? What was the participation of Feminist Movements and / or Feminist ideas in this process? The research points to the fact that there is no denying that the revolutionary process in Cuba created a new way of organizing life and social relations in this country. Agrarian reform, the nationalization of foreign companies, the distribution of property, transportation systems, health, education, free housing, at the beginning of the Revolution, generated a more equal level in the living conditions of its inhabitants and, with that, an empowerment social strata that were previously on the margins and excluded from society. In the case of women, the Cuban Revolution guaranteed social and economic recognition, as well as inserting them into society in a more participatory manner, guaranteeing rights that had been denied until then.

KEYWORDS: Female emancipation. Women's Rights. Feminist movements. Patriarchate. Cuban Revolution.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O sistema patriarcal é um dos entraves que impedem o avanço de uma agenda democrática que garanta os direitos humanos. Este sistema produz inúmeros tipos de violência contra mulheres. A violência sexista é endossada cotidianamente pela cultura que age de forma transversal em todos os campos da sociedade, desde o âmbito privado até o âmbito público. Apesar dessa ideologia dominante as mulheres exerceram resistência em vários períodos históricos e, mais recentemente, através de movimentos feministas que intervieram criando mudanças culturais e jurídicas no seio da sociedade envolvente.

Nesse contexto envolvendo o patriarcado e as lutas por emancipação feminina no mundo, pretende-se olhar para a Revolução Cubana que acabou trazendo muitas mudanças na forma de vida e organização social de Cuba, que optou por um sistema de transição socialista, fazendo com que as relações humanas fossem sendo alteradas significativamente. Diante disso, como linha condutora desse trabalho, lança-se o seguinte questionamento: Em que medida os ideais socialistas da Revolução Cubana conseguiram alterar as ideologias patriarcais promovendo a emancipação das mulheres e criando direitos para estas a fim de atingir a igualdade material? Qual foi a participação dos Movimentos Feministas e/ou ideias Feministas neste processo?

Para isso, o estudo que adotou a metodologia hipotética dedutiva e consulta em bibliografias sobre os temas, será dividido em duas partes: num primeiro momento será efetuada uma breve investigação sobre o patriarcado, para, então, ater-se aos movimentos feministas e as influências dos direitos humanos no Estado cubano pós Revolução,

2 | O PATRIARCADO COMO PROPULSOR DE DESIGUALDADES DE GÊNERO

A discriminação da mulher tem seu ápice com a violência física, mas antes de chegar a esta situação um longo caminho é percorrido. É o caminho da construção social

com base na desigualdade dos gêneros. A desigualdade não é somente um entrave para o pleno desenvolvimento social, econômico, emocional, psicológico das mulheres, mas também para a democracia, enquanto sistema que, por óbvio, deveria representar todos e todas paritariamente, garantindo igual acesso às decisões, às participações políticas, aos bens em geral, uma vez que a democracia tem como princípio fundante consertar as desigualdades sociais, proporcionando vida boa para todas e todos. Por isso, é de fundamental importância compreender como, quando e porque essa desigualdade se instaura.

Simone de Beauvoir (1980) no livro *O Segundo Sexo*, volume 2, defendeu a tese, atualmente aceita pelos movimentos feministas, que não se nasce mulher, se torna mulher. O que significa que ser mulher ou ser homem é uma construção social. Portanto, não é um destino. Meninas recebem um tipo de educação, meninos, outro, influenciando na constituição de identidade desiguais. A Psicanalista Maria Rita Kell (1998) no livro *O Deslocamento do Feminino*, explica o movimento que as mulheres fizeram, no sentido de se deslocarem do mundo privado para o público, desde o século XIX até o momento atual. Mesmo percorrendo este caminho e terem alcançado muitos avanços, a exemplo das mulheres brasileiras diante dos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988, as mulheres ainda estão em posição de desigualdade em relação aos homens, mormente quando se trata de espaço público. Basta examinar o número de mulheres no Parlamento e no Poder Executivo, espaços que demandaram uma competição, inicialmente exclusiva para homens. Nota-se que as mulheres somente adquiriram direito ao voto no Brasil, no ano de 1932, sendo que a República foi proclamada em 1889.

O que sustenta a desigualdade da mulher no espaço público é a mesma ideologia que sustenta a violência contra a mulher, isto é, a hierarquização dos sexos, que atribui determinadas características às mulheres e outras aos homens. Marcela Lagarde y de los Ríos (2011) no seu livro *Los Cautiverios de Las Mujeres* frisa que as mulheres foram submetidas a vários tipos de cativerios criados pelo patriarcado, o que as prendem em identidades e culturas criadas de forma nada ingênua. Por isso muitas mulheres não reagem à violência física porque interiorizaram a ideologia dominante de que são muito mais fracas que os homens, mesmo que em casos específicos não sejam. Assim como está interiorizado, tanto nas mulheres quanto nos homens que o mundo público é para homens.

Percebe-se, então, que a ideologia patriarcal é também perpassada pelas mulheres. Logo, não significa que ser mulher é ter consciência do que é ser mulher. O que significa que para uma mulher, ser mulher não passa pela consciência. É uma situação que nem sempre é questionada pelas mulheres. Nem sempre elas percebem cativerios que as prendem por acreditarem que esta situação é algo natural. Por isso, que esse nem sempre é um processo consciente. É necessário construir uma vontade política e teórica para historicizar o que nos constitui como natural (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2011). Pode-se encontrar homens que tenham consciência do quanto o patriarcado atravança a democracia plena e

pode-se encontrar mulheres que não tenham essa consciência.

As reformas que foram implementadas desde o século XIX até o momento – século XXI, que contribuíram para a emancipação das mulheres, desde o direito ao voto e a ser votada até - como em alguns países (ex. Cuba), o direito ao aborto são reformas que ocorreram e ocorrem dentro do patriarcado. Ainda, não se conseguiu ultrapassar ou transformar o sistema patriarcal em sua totalidade. Conforme Gerda Lerner (2019), o patriarcado somente funciona com a cooperação das mulheres, o que é assegurado por vários meios, entre eles, a doutrinação de gênero, a falta de uma educação voltada para a igualdade, mas pela concessão de privilégios de classe às mulheres que “obedecem”, às mulheres que de uma forma ou outra pensam se beneficiar do patriarcado. Nesse sentido, o feminismo liberal fracassou, pois não conseguiu abolir o patriarcado e nem mesmo abalar as estruturas que o sustentam.¹

Patriarcado, literalmente, significa o que é governado por homem, chefe da unidade social, como a família. Esse termo foi utilizado no decorrer do século XX pelas feministas que referiam ao sistema de dominação masculina sobre as mulheres. O termo enfrentou muitas críticas na década de 1980, do século passado, não tanto pela sua definição, mas pelo seu uso, que muitas vezes foi considerado de caráter universal (explicava a subordinação das mulheres em todos os tipos de sociedade); caráter a-histórico (era aplicado para distintos tempos e período históricos); caráter reducionista (reduzia o problema da subordinação das mulheres à uma única dimensão: o problema das relações de poder entre mulheres e homens). Em razão dessas questões, atualmente o patriarcado é analisado entrelaçado com o capitalismo. O que se estabelece como Teoria Dual – Capitalismo/Patriarcado: dois sistemas de opressão estrutural que se beneficiam da subordinação da mulher, por meio da divisão sexual do trabalho. (INTRODUCCIÓN... 2019).

Assim, problematizar o patriarcado é questionar a sua base de sustentação, que é a divisão sexual do trabalho. O machismo, fenômeno cultural que se baseia na exageração das características masculinas e na crença da superioridade dos homens com valores como o uso da violência; crença que as mulheres são propriedades dos homens; virilidade; apego à heteronormatividade, e o sexismo, considerado como práticas e atitudes que promovem um trato diferenciado em razão do sexo biológico, do qual se assumem características e comportamentos, são manifestações em decorrências do patriarcado. (ANGELIN; HAHN, 2019).

Quando se utiliza o vocábulo ‘homem’ para se referir a ambos os gêneros – mulher e homem – reforça-se o mito e a ideologia da complementariedade e paridade na relação simbólica mulher-homem, que não se cumpre nas relações reais, mas ao ser pensada,

¹ Entende-se por feminismo liberal, aquele localizado no Norte global, voltado para a ‘quebra do telhado de vidro’, isto é, a ascensão das mulheres no mundo empresarial, nas forças armadas e naqueles lugares que não podiam adentrar, tendo como base uma visão de igualdade com base no mercado, recusando-se a questionar as restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para a ampla maioria das mulheres, consoante esclarecem Cinzia Arruza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser no livro *Feminismo para os 99% - um manifesto* (2019).

escrita, legislada e enunciada, se presume que são práticas sociais. Marcela Lagarde y de los Ríos (2011) reafirma sempre a necessidade de construir a real igualdade entre mulheres e homens, por meio de direitos concretos e de normas sociais que a assegurem na prática e na vida social, bem como, a necessidade de atualização simbólica do imaginário, na linguagem e nos valores. No *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 1999, p. 156) a primeira definição de *antropo* é homem. O fato de que o termo *antropo* que é relativo a homem abarque a mulher, causa incômodo. Pois, na cultura dominante o conceito de homem não é neutro, mas claramente sexuado e indica o gênero masculino.

Vale destacar que todos aqueles que possuam características sexuais masculinas, são considerados homens e entram no sistema de classificação sob o termo homens. O termo homem tem tido um duplo sentido de homens-homens e de seres humanos homens. A situação se torna complexa porque no Ocidente o conceito de homem tem, de forma simultânea outro significado: ou seja, a concepção que engloba toda a humanidade. O problema semântico – ideológico – ocorre porque o caráter patriarcal da sociedade e das concepções de mundo dá ao termo homem o primeiro significado de homem e não o de ser humano. A questão está que o patriarcado ideológico faz com que se apague o sentido geral e predomine o sentido de homem-homem. O significado que permite construir uma verdadeira categoria geral como *antropos* não é homem e sim ser humano. Portanto, a palavra ‘homem’ não engloba a palavra ‘mulher’ (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2011).

Desde as primeiras feministas, entre elas – Mary Wollstonecraft (1759-1797) os direitos das mulheres avançaram muito, mas como já escrito, sempre dentro da ordem legal do patriarcado considerando a relação do patriarcado com a conjuntura histórica. O feminismo pode, em um primeiro momento, ser conceituado como a luta pela igualdade entre mulheres e homens, seres genericamente humanos. Todavia, como anotado acima, as mulheres, a priori, foram pensadas e se pensaram a partir da ordem patriarcal. Dentro disso, contemporaneamente, pautar o patriarcado não se resume a lutar pelos direitos que homens usufruem, como fizeram as feministas da Ilustração, mas também trazer à tona o machismo, a heteronormatividade, o sexismo e a própria abolição da ordem patriarcal, bem como a transformação das relações socioeconômicas que embasam essa ordem. Martha Moia (1981, p. 231) define o patriarcado como “Un orden social caracterizado por relaciones de dominación y opresión establecidas por unos hombres sobre otros y sobre todas las mujeres y criaturas. Los varones dominan la esfera pública (gobierno, religión, etcétera) y la privada (hogar)”. De acordo com Marcela Lagarde y de los Ríos,

Las mujeres están en el Estado opresivamente: en una situación de subordinación, de dependencia, de discriminación: están en el Estado en la desigualdad objetiva frente a una supuesta igualdad jurídica, están como minoría política, a pesar de su mayoría social. Las mujeres están en el Estado en sus instituciones políticas y jurídicas, y en sus redes de reproducción, de manera independiente de las concepciones de la realidad y de que sena o no mujeres las que desempeñen cargos burocráticos en los aparatos del Estado (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2011, p. 98).

É de fundamental importância ao trabalho o espaço público, por ser o trabalho um dos vieses que permite caracterizar a mulher na sua dimensão histórica. Para Engels (s.a.) o trabalho era a condição básica de toda a vida humana. O trabalho é um dos espaços diferenciados por gênero, a partir de características sexuais. Homens e mulheres têm sido definidos de maneira decisiva frente ao trabalho. Ademais, as formas históricas de masculinidade e feminilidade se constituem em torno do trabalho. O fato de que homens e mulheres nas mais diferentes sociedades realizem trabalhos excludentes e se dediquem a diferentes atividades, há sido entendido como inerente à diferença sexual. É relacionado com a presença natural e com a ausência natural de qualidades físicas, intelectuais, emocionais, e com aspectos específicos para cada sexo. O feminismo foi a primeira concepção que deixou de caracterizar o trabalho como um atributo sexual masculino e que, pelo contrário, o definiu como trabalho social. O que se percebe é que valores patriarcais que atingem os corpos e as existências das pessoas perpassam períodos históricos, como apontam Angelin e Hahn:

Estes valores perduram por muitos milênios na história da humanidade, e foram alicerçados, em especial, pela ideologia patriarcal, onde o poder está baseado no sexo. Por isso, é importante destacar que os corpos humanos não são caracterizados apenas como produtos biológicos, mas são corpos que recebem intervenções sociais para atingir seus objetivos. (ANGELIN; HAHN, 2019, p. 77).

Essas influências patriarcais na vida de toda a sociedade é exercida por vários espaços de poder, seja ele, a família, a escola, as instituições religiosas e a sociedade envolvente acabam por gerar um *status quo* de hierarquia social entre o sexo masculino e feminino, sendo o segundo oprimido e, vivendo, por conseguinte, em situação de subcidadania e expostos as mais variadas violências. Diante dessa situação, que não é natural, muitas mulheres, organizadas em movimentos sociais se rebelaram e forjaram espaços de luta na sociedade, reivindicando dignidade e reconhecimento de sua existência, de seu trabalho e de seres humanas. As principais organizações que pautaram e seguem pautando essas lutas são os movimentos feministas, que assumem correntes bastante distintas, mas que tem, como linha mestra, a emancipação das mulheres.

3 | MOVIMENTOS FEMINISTAS NOS CENÁRIOS DE LUTAS POR RECONHECIMENTO

Os Movimentos Feministas buscam libertar as mulheres dos cativos. Ademais, têm como pauta buscar a igualdade das mulheres no meio das relações públicas e também privadas, bem como denunciam as relações patriarcais, conquistando, desta forma, muitos dos direitos humanos para as mulheres, procurando desmitificar a submissão das mulheres baseadas em questões biológicas, e investigar o papel da emancipação das mulheres na construção e concretização da justiça social. Ou seja, investigar-se-á como a

paridade entre mulheres e homens na sociedade contribui para a democracia participativa, substancial e qualitativa. Para isso, utilizar-se-á as teorias da Redistribuição Econômica e do Reconhecimento Identitário, defendidas por Nancy Fraser e Axel Honneth. Conforme Rosângela Angelin (2016, p. 1587), Nancy Fraser pondera acerca da necessidade das mulheres buscarem, através dos movimentos feministas e, principalmente nesse caso do ecofeminismo, a alteração de seu *status* social através da redistribuição, para que o grupo possa participar integral e paritariamente na vida da sociedade, interagindo com os demais membros, a fim de que seja desinstitucionalizados os modelos que elidem a paridade de participação e os substituem por modelos que a possibilitem. (FRASER, 2007a). Axel Honneth vislumbra a busca do reconhecimento da identidade individual das mulheres, justificando-se que a mesma precisa entender-se como mulher nas condições em que se encontra, buscando o reconhecimento do outro para a efetivação de sua integridade humana, necessitando, portanto, de reciprocidade, princípio esse também defendido pelo ecofeminismo. (ANGELIN, 2014, p.1591).

Na busca pela concretização dos direitos das mulheres a transversalidade é um dos principais elementos, ou seja, o fim da discriminação de gênero tem que acontecer em todos os campos. Desde a transformação na linguagem e da cultura até a legislação punitiva à violência contra a mulher. A prática de tratar a questão de maneira setorializada, impede a compreensão e ao mesmo tempo corrobora para a manutenção e aprofundamento da sociedade patriarcal. A partir dos ensinamentos de Honneth (2003), sabe-se que as diferenças identitárias não podem servir para oprimir. Por isso, se busca, a partir do conflito, insatisfação da situação encontrada, buscar um reconhecimento igualitário das identidades das mulheres e dos homens. Homem e mulher têm sido sempre sexualmente diferentes. Em um processo complexo e longo, se separaram até desconhecerem-se. Os gêneros foram conformados por atribuições de qualidades sociais e culturais diferentes para cada sexo, e pela especialização e confinamento exclusivo do gênero feminino na sexualidade concebida como natureza, frente à característica social atribuída ao homem.

Em um duplo processo – permanente e inconcluso – a mulher é reduzida à sexualidade e esta é vista como natural e, por isso, desvalorizada. Em decorrência desta redução, a enorme diversidade de atividades, trabalhos, sentimentos e formas de vida das mulheres têm sido definidos historicamente como produtos de suas qualidades naturais, biológicas (EISLER, 2007). Dessa forma, compreender o que impede a participação paritária da mulher nos espaços de poder e controle é contribuir para o desfazimento de diferenças de gênero construídas pela cultura patriarcal. E, principalmente, contribuir para a desconstrução da ideologia dominante que ainda impede a participação com igualdade da mulher no espaço público, por reafirmar cotidianamente que a mulher tem de cumprir com o destino determinado pela natureza e este, segundo esta concepção, não é o espaço público (LAGARDE Y DE LOS RIOS, 2001; FRASER, 2007b).

Dentro disso, reforça-se que os seres humanos não são apenas seres que carregam

diferenças sexuais e de composição do organismo, mas sim produtos de processos históricos envolvendo a cultura e relações de poder. As desigualdades de gênero não são algo natural, e sim construído historicamente, é possível de ser elidida, sendo assim como todas as formas de discriminação, preconceitos e exclusões com base em classe, raça, deficiências. Para legitimar a mulher no espaço público é importante que sejam ressaltadas, descobertas e divulgadas as formas e maneiras com as quais as mulheres atuam na construção desse espaço, principalmente àquelas que se diferenciam do poder calcado no domínio e na força, formas próprias do patriarcado. Para isso, é preciso compreender como os movimentos feministas na busca por igualdade possibilitaram ocupações dos espaços públicos de poder e de controle, com base em outras formas que não àquelas próprias do patriarcado, questionando para isso, se as dificuldades para a igualdade nestes espaços estariam no fato de que quando se luta por igualdade, se luta dentro do modelo do patriarcado?

Não há dúvidas que as mulheres compartilham, como gênero, a mesma condição genérica, mas diferem em suas situações de vida e nos graus e níveis da opressão. Há muitas mulheres que atuam no espaço público, como líderes comunitárias (um exemplo), que muitas vezes suprem ações eminentemente públicas, que estão invisíveis. Vislumbrando outro cenário que não o do homem, que ocupa altos cargos, ver-se-á que há muitas ações acontecendo e contribuindo para a Administração Pública. Este cenário foi construído desta maneira, porque na cultura patriarcal a mulher é definida pela natureza/sexualidade e o homem pelo trabalho. Então, caso se queira efetivar na prática o princípio constitucional de igualdade entre homem e mulher, deve-se começar a construir um espaço público paritário, um espaço público que a mulher deixe de ser invisível e passe a ser reconhecida como sujeita atuante.

Não se quer, com isso, que o homem deixe de ser considerado, mas que este sistema que atravanca a participação da mulher seja revertido a favor dos dois sexos. A importância de des-cobrir as mulheres que atuam no espaço público e o que as impede de participar é a contribuição na busca da eliminação da desigualdade de gênero. É comum entender que a relação entre natureza/sexualidade e cultura/trabalho é uma relação entre inferior e superior, entre o natural e o civilizado, o animal frente o progresso humano. Para romper esta dualidade, que acaba situando a mulher como inferior e o homem como superior, o primeiro passo, é desmitificá-la. A mulher, como o homem, também se constrói historicamente. A partir do feminismo ocorre uma fratura na concepção filosófica do mundo: o ser mulher é produto da história concreta; é diferente, é distinto e não o oposto de ser homem. Isto é, a mulher não se constrói como oposição simétrica do homem: existe uma diferenciação genérica entre os seres humanos, baseada no sexo, na idade, e juntamente antagonismos de classe e de todas as formas de agrupamento excludente e opressivo.

4 I MOVIMENTOS FEMINISTAS E MULHERES CUBANAS PÓS-REVOLUÇÃO

Portanto, como forma de contribuir para estabelecer na prática a igualdade entre os sexos, bem como, acompanhar a crescente participação da mulher no espaço público, propõe-se identificar as contribuições dos movimentos feministas na conquista destes espaços de poder e controle no principal País da América Latina – Cuba, que ousou romper com a estrutura secular de exploração imposta pelos colonizadores modernos e posteriormente pelos países ricos desenvolvidos. Por fim, pretende-se demonstrar a importância dos movimentos feministas no já conquistado pelas mulheres, mesmo que muitas vezes as próprias mulheres que usufruem dessas conquistas não reconheçam os movimentos. Todavia, apesar dos avanços não se pode negar que são muitos os desafios. Como ensinou Simone de Beauvoir (2002), a igualdade não se dá somente em determinados lugares ou espaços, pois esta quando concretizada dar-se-á em qualquer lugar; logo, se não estamos nos espaços de poder ou se estamos em número inferior, induz-se que a igualdade não está concretizada.

No início do século XX, a feminista, intelectual e militante política soviética Alexandra Kolontai (2011) pensava que a transformação da sociedade capitalista em sociedade socialista ou pelo menos a transição de uma sociedade para a outra resolveria muitas das desigualdades entre os sexos. No entanto, no que tange à presença da mulher no espaço público, se se voltar um pouco antes da década de 80 do século XX e analisar a ex-URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, perceber-se-á que foram muito poucas mulheres que estiveram presente neste espaço de poder. O que já é um indício que a questão não foi resolvida como Alexandra Kolontai pensava e afirmava. O patriarcado não é somente uma das marcas do capitalismo, mas o ultrapassa, vai além.

No caso das mulheres cubanas, inicialmente, é de conhecimento público, que estas participaram ativamente da Revolução, pegando em armas e acompanhando o exército revolucionário, suscitando, inicialmente a ideia de que já se encontravam num processo de conscientização de seu importante papel na sociedade iniciado em 1896, quando foi criado o “Club Revolucionário Esperanza del Valle”, de Cienfuegos, o qual reivindicava o direito ao sufrágio. Mais adiante, em 1912 foi criado o “Partido Nacional Feminista”, tendo em sua pauta reivindicações voltadas para os direitos das mulheres trabalhadoras, ressaltando que as mulheres daquela época possuíam uma elevada consciência de classe. No processo da Revolução Cubana a ideia era que, se a revolução se encarregasse de garantir a igualdade entre as mulheres, não seria preciso mais se falar em feminismo (LÓPEZ-CABRALES).

María Elena Calderín, uma importante estudiosa cubana, posiciona-se sobre o que foi o Movimento Feminista em Cuba, afirmando que as mulheres cubanas já eram revolucionárias antes mesmo da própria Revolução:

El movimiento feminista en Cuba, nacido en las primeras décadas del siglo pasado, cumplió un papel revolucionario al permitir la obtención de

importantes reivindicações em fechas muy tempranas, tales como la Ley de la Patria Potestad (1917), La ley del Divorcio (1918) y la Ley del Sufragio Femenino (1934). [...] Otras conquistas han logrado las mujeres cubanas en todos los ámbitos de la vida nacional a partir del triunfo de la Revolución (1959). Durante el octavo congreso de la Federación de Mujeres Cubanas [...] la labor fundamental de sus casi cuatro millones de afiliadas dista mucho de aquellos reclamos de principios del siglo pasado. Ahora su labor primordial es perfeccionar el trabajo de dirección a los niveles de base, involucrar en cada una de sus metas a las jovencitas, que serán, en definitiva, las continuadoras de aquella pléyade de valientes cubanas que se enfrentaron a las retrógradas ideas de su época e hicieron una Revolución. La Federación Nacional de Mujeres Cubanas, presidida, desde su nacimiento por la desaparecida Vilma Espín, no es más que el legado y la continuación de aquellas ideas por la reivindicación de la mujer (CALDERIN *apud* LÓPZ-CABRALES).

Desde 1960 existe em Cuba a Federação de Mulheres Cubanas que foi criada com o objetivo principal a incorporação da mulher na sociedade e nos espaços de emprego, bem como foi parceira nas mudanças econômicas e sociais de Cuba no período pós-revolução, contando atualmente com mais de quatro milhões de membros, alcançando um protagonismo muito significativo no estado cubano.

El propósito fue agrupar a todas sus integrantes en una sola federación, con el objetivo de incorporarlas al programa de cambios políticos y socioeconómicos emprendidos a raíz del triunfo de la Revolución, el 1 de enero de 1959. La organización agrupa a más de cuatro millones de miembros --89 por ciento de las mujeres mayores de 14 años-- y promueve diferentes programas e iniciativas a través de las cuales las mujeres han ganado papeles cada vez más destacados en el espacio público (TELESUR, 20015).

O processo revolucionário em Cuba foi gestado com a participação efetiva das mulheres que já se encontravam organizadas em Movimentos Sociais e Feministas. A Revolução criou uma nova forma de organização da vida e das relações sociais neste país. Certo é que a redistribuição de renda gerou um nível mais igualitário nas condições de vida de seus habitantes e, com isso, um empoderamento de camadas sociais que antes se encontravam à margem da sociedade. No caso das mulheres, a Revolução Cubana garantiu reconhecimento social e econômico, bem como as inseriu na sociedade de forma mais participativa, garantindo-lhes direitos até então negados.

Apesar do acima exposto, não se pode afirmar se a Revolução propiciou transformações significativas nas relações entre os sexos, no sentido de alterar a lógica patriarcal inserida no paradigma cultural que estabelece o que é ser homem e o que é ser mulher, principalmente no que tange aos papéis desempenhados por ambos na estrutura familiar e nos espaços públicos. É certo que o fato do aborto ser permitido e propiciado às mulheres é um avanço importante no domínio do próprio corpo pelas mulheres e diminuiu significativamente o controle sobre os corpos femininos. Mas para se verificar a abolição da ordem patriarcal seriam necessários outros dados, como a questão da participação

masculina nas tarefas domésticas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patriarcado não é somente um sistema de organização das relações humanas e da relação entre os sexos para cada qual foi idealizado um gênero, mas uma forma de organização do mundo que decorreu de um processo longínquo anterior à antiguidade clássica e que, praticamente, se tornou homogênea na modernidade. Não há como negar que o processo revolucionário em Cuba criou uma nova forma de organização da vida e das relações sociais neste país. A reforma agrária, a estatização das empresas estrangeiras, a distribuição da propriedade, sistemas de transporte, saúde, educação, moradias gratuitos, nos primórdios da Revolução, gerou um nível mais igualitário nas condições de vida de seus habitantes e, com isso, um empoderamento de camadas sociais que antes se encontravam à margem e excluídos da sociedade. No caso das mulheres, a Revolução Cubana garantiu reconhecimento social e econômico, bem como as inseriu na sociedade de forma mais participativa, garantindo-lhe direitos até então negados.

Ocorre que, apesar do exposto, o patriarcado e suas ideologias foram e são uma construção cultural incrustada no paradigma ocidental moderno, permanecendo com muita força mesmo dentro do modo de produção dito socialista e emancipador. Dentro disso, deve de ser considerado que apesar do caráter emancipatório do socialismo e de suas conquistas, fundamentalmente a Revolução Cubana, há muito ainda para avançar. É primordial ser desconstruído e abolido o paradigma antropocêntrico, etnocêntrico, controlador, ocidental, patriarcal e falocêntrico. E o feminismo é o mote que possibilita essa desconstrução, pois propõe uma nova ética e novas relações socioeconômicas pautadas no bem comum e para, além disso, no fim das diferenças sexuais como base de sustentação de todas as formas de desigualdades.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela; HAHN, Noli Bernardo. **Movimentos Feministas e a vida das mulheres: (re) construindo possibilidades emancipatórias**. Curitiba: CRV, 2019.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento **sustentável** diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da Univali, Itajaí, v. 9, n. 3, 3º quadrimestre de 2014.

ARRUZA, Cinzia, BHATTACHARYA, Tithi e FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

EISLER, Riane. **O cálice e a espada**: nosso passado, nosso futuro. Tradução Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2007.

ENGELS, Federico. El Papel del Trabajo en la Transformación del Mono en Hombre. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escogidas**. Moscou: Progreso, s.a.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Revista Lua Nova**. São Paulo, 70, p. 101-138, 2007a.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15 (2): 291-308, maio/ago. 2007b.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. Apresentação Marcos Nobre. 2. ed. 2009, 1ª reimpressão 2011. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino** – a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

KOLONTAI, Alexandra. **A Nova Mulher e a Moral Sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. Madrid: Romanyà Vakks, 2011.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**. História da Opressão das Mulheres Pelos Homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LÓPEZ-CABRALES, María del Mar. La mujer revolucionaria antes de la Revolución cubana: logros y vicisitudes. Centro Virtual Cervantes. Disponível em: http://cvc.cervantes.es/literatura/mujer_independencias/lopez.htm. Acesso em: 17 Mai. 2020.
Sociología. Habana: Editorial Científico-Técnica, 2014.

PALESTRA. INTRODUCCIÓN A LAS TEORIAS FEMINISTAS II. Universidad de Chile, 2019.

TELESUR. Celebra Federación de Mujeres Cubanas aniversario 56 de fundada. Notícias da América Latina, 2015. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/news/Celebra-Federacion-de-Mujeres-Cubanas-aniversario-56-de-fundada-20160823-0005.html>. Acesso em: 17 Jul. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afeto 2, 43, 128, 134

Africanidades 38, 42, 43, 44, 46, 48

Alteridade 16, 54, 113

América Latina 3, 4, 14, 81, 84, 163, 169, 180, 181, 185, 187, 188, 190, 238

Antropologia 128, 130, 135, 138, 179, 195, 207, 235, 236

Arquétipos 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126, 134

Artes 60, 101, 114, 116, 117, 120, 125, 127, 178

C

Comunicação 57, 58, 63, 64, 69, 70, 126, 138, 142, 148, 150, 154, 156, 159, 161, 166, 181, 186, 190, 192, 194, 195, 207, 245, 260

D

Democracia 29, 37, 41, 49, 50, 52, 54, 56, 58, 59, 75, 79, 185, 224, 227, 254, 256

Dialética 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 54, 57, 113, 161

Direitos das Mulheres 73, 77, 79, 81

Direitos Humanos 16, 17, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 51, 52, 53, 54, 74, 78, 183, 191, 193

Discurso 4, 50, 56, 62, 63, 64, 72, 87, 92, 113, 127, 133, 147, 150, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 204, 206, 207, 217, 224, 227, 254

Diversidade 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 41, 42, 47, 55, 58, 63, 65, 68, 71, 79, 109, 150, 158, 163, 164, 198, 211, 239, 243

E

Educação 5, 13, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 61, 62, 63, 71, 72, 73, 75, 76, 83, 85, 91, 106, 122, 199, 202, 204, 220, 224, 236, 246

Emancipação Feminina 73

Ensino 15, 25, 26, 28, 29, 34, 35, 38, 39, 41, 43, 48, 50, 56, 59, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 71, 90, 102, 104, 114, 125, 199, 208, 210, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Escola 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 55, 58, 62, 68, 71, 78, 90, 112, 147, 149, 179, 209, 210, 220, 221, 222, 223, 224

Estigma 116, 132, 134, 135, 138, 167, 170, 171, 176, 177, 178

Ética 11, 16, 19, 23, 24, 59, 83, 84, 103, 149, 178

Etnografia 38, 43, 48, 130, 135, 136

Eugenia 140, 146, 150

F

Formação Continuada 62, 63, 64, 65, 71

Fronteiras 56, 57, 72, 194, 200, 201

G

Geografia 147, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 242, 243

H

História 1, 2, 7, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 34, 38, 40, 41, 42, 47, 54, 58, 61, 78, 80, 84, 89, 99, 114, 120, 122, 125, 134, 140, 141, 150, 161, 169, 185, 186, 187, 196, 197, 200, 202, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 235, 236, 240, 241, 248, 249, 256, 257, 258, 259

Homossexualidade 128, 131, 132, 133, 134, 138

I

Idosos 204

Inconsciente Coletivo 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126

Integração Social 55

J

Jornalismo 140, 195

Juventudes 49, 50, 54, 55, 60, 61

L

Ludicidade 38, 41, 42, 43, 46, 48

Lugares de resistência 38

M

Masculinidades 137

Movimento Migratório 180

Movimentos Feministas 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 83

N

Negritude 115, 128, 130, 131, 134, 149, 246

O

Outsiders 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

P

Patriarcado 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 84

Pedagogia do teatro 114

Periódicos 126, 140, 141, 143, 145, 148

Plantas Medicinais 85, 86, 89, 90, 96, 97, 98, 99

Pobreza 3, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 34, 36, 37, 180, 189, 192

Propriedade da terra 226, 228

Q

Quilombo 142, 143, 234, 236, 237, 238, 239, 242

R

Racismo 32, 39, 40, 41, 47, 48, 53, 64, 104, 130, 131, 132, 133, 137, 140, 147, 148, 173, 246, 248, 257

Refugiados 180, 182, 183, 184, 185, 192, 193

S

Saúde 4, 5, 28, 31, 73, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 116, 150, 160, 163, 169, 170, 179, 180, 181, 190, 191, 204, 205, 206

Serviço Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Situação de rua 16, 17, 21, 22, 23, 24

T

Temas transversais 28, 208, 221, 222, 223

Teoria Marxiana 1

Território 22, 53, 104, 123, 146, 183, 184, 191, 200, 201, 202, 223, 225, 229, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 252, 254, 255

V

Violação 16, 17, 21, 23, 26, 148, 183

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 